

Recomendação

Aprovada por
maioria, com
abstenção,
da CDU

Recém de
2022-08-22

73/73

As Assembleias das Comunidades Inter-Municipais, só podem reunir-se ordinariamente nos termos da lei duas vezes por ano, ponto 4 do artigo 83º da lei 75/2013 de 12 de setembro. Podem ainda reunir extraordinariamente nos termos da legislação citada anteriormente e também prevista no ponto 2 do artigo 16º dos Estatutos da CIM-CÁVADO, mas sem pagamento das inerentes senhas de presença, ponto 1 do artigo 19º dos Estatutos citados.

Este condicionalismo coloca graves constrangimentos a um órgão que cada vez assume mais relevância no desenvolvimento regional. As limitações impostas de natureza legal e financeira, não compactuam com a dignidade e com os objetivos de uma entidade, que pela sua natureza e ação assume cada vez mais um papel de responsabilidade na coordenação e desenvolvimento de um conjunto de actividades específicas, qualificando-as e unificando a sua intervenção. São exemplos concretos as áreas do turismo, transportes, proteção civil, entre outras. Destacamos as ações que evidenciam e projetam um território de forma solidária e de convivência partilhada, permitindo-lhes ao mesmo tempo dar-lhes dimensão e escala, por forma a assumir papel assertivo e decisivo na promoção da região e da qualidade de vida dos seus habitantes.

É por outro lado uma indignidade para com os membros das Assembleias das Comunidades Inter-Municipais, que vêm minimizada ou anulada a sua intervenção, análise e debate, num órgão cada vez mais preponderante no panorama regional.

Também não se compreende que às comunidades intermunicipais que veem alargadas e aprofundadas cada vez mais as suas competências, não sejam estas dotadas de mecanismos mais ágeis e eficazes que autonomizem e qualifiquem a sua intervenção.

Continuamos a ter no território nacional e com a mesma finalidade, órgãos de carácter político, cuja estrutura, natureza e funcionamento, são díspares, embora se apregoe a necessidade de uma coesão interna, que não se verifica e cujos mecanismos não se ajustam a uma tão necessária e urgente correção de assimetrias, nacionais e regionais.

Se por um lado temos uma Regionalização fechada numa Constituição, que verdadeiramente ninguém quer assumir por apenas interesses político-partidários casuísticos, mesquinhos e pessoais, existindo como exemplos apenas Açores e Madeira, a cujos habitantes e eleitos, é reconhecido através dos Governos e Assembleias Regionais direitos de participação democrática, que são negados aos também portugueses do Continente.

A diferenciação continua, com a existência de duas Áreas etropolitanas, em Lisboa e no Porto, com competências embora distantes das Regiões, mas com modelos e mecanismos legais de desenvolvimento, bem distintos e superiores às marginalizadas Comunidades Inter-Municipais. Estas vivem da vontade dos governos e das dinâmicas municipais, que se constituíram em Comunidade, através de um contrato com férreas limitações, que as deixam, por vezes, de pés e mãos atadas.

Poderemos ainda afirmar, que se avaliarmos os direitos dos cidadãos e o espaço onde podem trabalhar e pugnar pelo desenvolvimento da sua comunidade, teremos um país a três velocidades e com um significativo diferencial de recursos e de autonomias.

Promover a coesão interna será pois esbater progressivamente desigualdades, corrigindo diferenças regionais, criando para o efeito medidas legislativas, administrativas e financeiras ajustadas aos desafios que hoje órgãos, entidades e cidadãos, enfrentam no processo de combate a um subdesenvolvimento crónico, qualificando e provendo recursos que sustentem o desenvolvimento, a justiça social e a participação democrática.

Até que se debata e cumpra a Regionalização, importa trabalhar no sentido de corrigir as assimetrias sentidas, por forma a dignificar estruturas autárquicas de desenvolvimento, como são as Comunidades Inter-Municipais, bem como os seus eleitos.

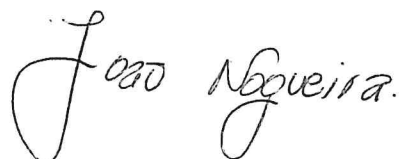
Assim, a Assembleia da CIM-CÁVADO reunida a 22 de setembro de 2022 na sede dos Paços do Concelho de Amares, recomenda à Assembleia da República, e ao Governo através do ministério da Coesão Territorial, da Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e das Autarquias Locais e da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, a necessidade da urgente revisão da legislação que enquadra a natureza e o

funcionamento das Comunidades Inter-Municipais, por forma a dar-lhes eficácia, flexibilidade e rapidez nas responsabilidades e competências que lhes são cometidas, num quadro de desenvolvimento regional justo e solidário. Tal alteração permitirá criar as condições que lhes possibilitem cumprir o seu papel, enquanto agentes do desenvolvimento, corretores de assimetrias e promotores de coesão interna, bem como dignificar o papel dos membros das Comunidades, que executam as suas tarefas e responsabilidades, por vezes em regime de voluntariado.

Dar também conhecimento desta Recomendação, às Câmaras Municipais que integram a CIM do Cávado e à CCDR Norte.

Amares, 22-09-2022

O Grupo do PS na Assembleia da CIM-CÁVADO

A handwritten signature in black ink, reading "João Nogueira". The signature is written in a cursive style, with the first letter 'J' being large and stylized, and the last letter 'a' having a long, sweeping tail.